

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ENSINO (II)

Celso Baccarin Pompeu*

Retomando nossa conversa iniciada no terceiro número desta Revista, vamos continuar refletindo sobre nosso trabalho docente.

Após as considerações tecidas sobre a formação do professor em nosso meio, traçaremos algumas linhas sobre a influência de sua personalidade e formação em seu trabalho.

Entendemos por personalidade, neste caso, a integração de todas as características físicas, psíquicas e sociais da pessoa do professor. Neste item buscaremos abordar estas duas últimas, que nos interessam mais de perto.

As características psico-sociais do professor influem poderosamente no seu relacionamento com os alunos e, diríamos, até nos resultados do ensino. Seu modo de encarar a vida, seus valores, sua auto-imagem (personalidade), a visão que ele formou daquilo que considera como características ideais do bom aluno, o que, por oposição, vai levá-lo a caracterizar quem não as possui como mau aluno (formação), são alguns componentes dessa influência.

O sistema de valores da socie-

dade capitalista, que influi na formação de todo cidadão e, com mais vigor, na do professor, nos apresenta elementos interessantes para a análise desse fenômeno.

Um deles é a estrutura de autoridade baseada não na competência, mas nas atribuições inerentes aos cargos e funções da estrutura hierárquica. A função do professor, por essa razão, se reveste de autoridade que lhe é conferida pelo saber que, em teoria, lhe é inerente. Esse fato origina-se no ideário da escola tradicional de que a escola atual ainda conserva inúmeros resquícios. Assim, o professor, sendo considerado como aquele que sabe, em contraposição ao aluno, aquele que não sabe e deve aprender, exerce sobre este toda autoridade.

Com estes elementos incorporados à sua personalidade é que alguns professores, incapazes de aceitar a possibilidade de reconhecer suas falhas de formação profissional, e até pessoal, fecham-se dentro de sua sala-de-aula, onde não conseguem admitir qualquer interferência. Isto se dá, não por uma questão de vontade pessoal, mas porque os valores aceitos pela sociedade não admitem que o professor reconheça suas deficiências, sem pre-

* Professor do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da UFU.

judicar a visão estereotipada que se faz dele (aquele que tudo sabe, aquele que é infalível). É assim que alguns colegas, embora sintam dificuldades e necessidade de reformular seu trabalho, não se sentem estimulados a revelá-las. Aqui, o individualismo, característica básica do sistema capitalista competitivo, pode explicar a falta de confiança e até a desconfiança em relação às outras pessoas que conosco convivem. Daí o fechar-se, o isolar-se, o defender-se.

Nossa luta deve ser, assim, dirigida para buscarmos assumir, de fato, nossa função de docentes, procurando, com a humildade devida, aperfeiçoar, cada vez mais, nosso desempenho, através, não só de estudo, mas também de troca de experiências e opiniões entre nós a fim de que todos nos enriqueçamos intelectualmente.

Uma outra característica de personalidade que pode influir no trabalho e na produção docentes é a insegurança. Podem surgir vários tipos de insegurança, dentre eles, a referente ao domínio do conteúdo, ao domínio da metodologia de ensino, ao chamado manejo de classe ou mesmo controle da disciplina.

O professor que se sente inseguro no domínio do seu conteúdo e aquele que se acha sábio podem ter reações que, para os alunos, resultam em consequências semelhantes. O primeiro, não conseguindo se fazer entendido, não permite perguntas, por sua insegurança (pode ter receio de que essa in-

segurança seja descoberta); o segundo, considerando os alunos culpados por sua ignorância, por serem aqueles que "não querem nada com nada", trata-os com superioridade, mandando que eles busquem por si sós o conhecimento que lhes falta para entender as aulas que, para esses colegas, são dadas em alto nível. Ora, não conseguindo os alunos atingir esse alto nível por seu despreparo, natural em nosso sistema de ensino de 1º e 2º graus, acabam por não conseguir aprender o conteúdo que lhes é proposto, sendo reprovados em grande número.

Uma outra hipótese explicativa para o fenômeno da não assimilação dos conteúdos por alunos de professores inseguros é que estes colegas, procurando subconscientemente ocultar essa insegurança para si mesmos, exigem de seus alunos a realização de provas cujos conteúdos extrapolam o que foi tratado em sala, levando, também, a elevado número de reprovações. Dessa forma, o professor cria para si uma imagem de eficiência, de bom professor, porque exigente, embora não consiga perceber que o bom professor não é aquele que reprova, mas aquele que ensina e/ou propicia ao aluno as condições necessárias para que possa aprender. É aqui que perguntamos: o que seria um bom professor? Aquele que reprova e culpa os seus alunos pela reprovação (falta de base, falta de vontade de estudar) ou aquele que, buscando solucionar com eles a sua falta de base, ensina-lhes o conteúdo essencial necessário?

Nesse aspecto da personalidade do professor, é importante que cada um de nós, docentes que assumimos essa profissão, como já dissemos, esteja consciente de que o seu trabalho sempre poderá ser aperfeiçoado. A única diferença real existente entre nós e nossos alunos, além daquelas relacionadas a capacidades, é a nossa maior idade, maior experiência e mais numerosas oportunidades de aprender que tivemos. Da mesma forma como nossos bons professores no passado nos ajudaram a superar dificuldades, assim também devemos proceder com os nossos alunos.

Referimo-nos aos docentes, sua formação, sua personalidade; realizaremos, a seguir, uma ligeira análise, dentro das características próprias deste trabalho, da questão do nosso alunado.

O aluno e sua formação

Muito se tem escrito sobre a qualidade do ensino, especialmente o de 1º grau.

Alguns elementos da realidade desse ensino e que poderiam nos esclarecer sobre a formação do nosso aluno de 3º grau, são:

– As condições deficientes de formação dos docentes de 1º e 2º graus são conhecidas de todos que se dedicam ao ensino superior. A formação de professores para o 1º e 2º graus em muitas escolas particulares do inte-

rior, e mesmo das capitais dos estados, deixa muito a desejar.

– As condições de funcionamento das escolas de 1º e 2º graus não ajudam o professor a desempenhar bem suas funções (materiais didáticos insuficientes e/ou inexistentes, excesso de trabalho e salários baixos, burocratização, atribuindo a instâncias superiores - supervisores, diretores - a organização do ensino que deveria ser de responsabilidade do professor).

Com significativa parcela de professores mal-formados e as condições adversas das escolas, a preparação dos alunos de 1º e 2º graus se torna insatisfatória. Provindos de escolas que não desenvolvem hábitos de leitura e habilidades intelectuais necessárias ao estudo no ensino superior, encontram sérias dificuldades para acompanhar esse nível de ensino.

Pelas razões expostas, os alunos que nos chegam, embora tenham passado por cursinhos, apresentam-se despreparados para o estudo na Universidade. Os cursinhos apenas repetem o que foi "ensinado" no 2º grau, fornecendo aos alunos as chamadas "dicas" para passar no vestibular.

Esse despreparo se manifesta não só quanto às habilidades intelectuais citadas, mas quanto ao conteúdo de conhecimento propriamente dito.

Além dos fatores relacionados ao preparo intelectual, há também os fato-

res afetivos que podem interferir na aprendizagem.

A formação e personalidade do professor, a formação e personalidade do aluno vão determinar o tipo de relacionamento que se estabelecerá entre eles em sala-de-aula e aqui vamos procurar entender o que acontece nessa relação, para buscar solucionar nossas dificuldades surgidas nessa área.

A interrelação professor-aluno na Universidade

Na sala-de-aula estabelece-se a mais importante relação para o processo ensino-aprendizagem: a interrelação professor-aluno. Esta, como toda relação humana, é extremamente complexa.

Contudo, basicamente, a interação professor-aluno e a interação aluno-aluno formam o que se costuma chamar o clima psicológico em sala-de-aula. Esse clima depende mais do comportamento do professor do que dos alunos, embora dependa muito destes também. Esse clima poderá ser tenso, agressivo, angustiante, predominando a desconfiança, a agressividade, as ameaças, as punições, a rigidez de comportamento e o formalismo; ou poderá ser agradável, democrático, quando professor e alunos trabalham juntos, em camaradagem. Não há ameaças, agressividade, mas estímulo, compreensão, embora possa e deva haver muito trabalho.

Nas relações humanas, em qualquer setor, existem dois elementos que são fundamentais para a compreensão dos seus mecanismos: as noções de custos e recompensas afetivas. Podemos definir custos como aqueles sentimentos de desagradado, de mal-estar, que sentimos quando estamos ao lado de alguém de quem não gostamos ou de alguém que nos desagrada em alguns aspectos. Já as recompensas são aqueles sentimentos de prazer, de alegria, de bem-estar, de agrado, que sentimos quando nos relacionamos com alguém de quem gostamos ou alguém que possua características que nos agradam.

Não há relação humana que não envolva, necessariamente, custos e recompensas. Quando os custos são mais numerosos que as recompensas, a relação tende a se interromper. Quando ocorre o contrário, a relação tende a se manter. É bom lembrar que, por serem escalas de valores diferentes, de pessoa para pessoa, o que é custo para uma pode ser recompensa para outra e vice-versa.

A interação professor-aluno, sendo um tipo de relação humana, segue os mesmos padrões. Para que essa interação seja produtiva, é preciso que ela envolva mais recompensas do que custos.

Para nós, parece evidente que o professor não deva procurar agradar o aluno para obter uma relação agradável.

vel. Todo aprendizado exige esforço; esse esforço nem sempre é agradável. Contudo, se a relação professor-aluno for boa, esse esforço parecerá menos penoso e será feito com maior empenho pelos alunos. O que é preciso, é convencê-los da necessidade de realizar as tarefas.

Outro fator que influi no trabalho dos alunos é a chamada motivação. Entendemos por motivação o envolvimento afetivo dos alunos no trabalho escolar. Na própria linguagem deles, é necessário fazer com que eles "estejam a fim" de estudar, de participar, de aprender. Para isso concorre muito o entusiasmo do professor por suas atividades e por seu conteúdo específico (matéria a ser ensinada).

Essa influência é exercida também pelas atitudes que o professor assume diante dos seus alunos. A compreensão e a justiça devem ser exercidas pelo mestre, se quiser relacionar-se bem com seus alunos. Isto quer dizer que, embora compreendendo e exercendo justiça para com seus alunos, ele deve exigir o trabalho que a eles cabe para que haja produção intelectual, pois eles estão na escola para aprender. No entanto, voltamos a insistir, ao professor cabe oferecer-lhes as condições necessárias para isso.

Abordados alguns aspectos didáticos referentes ao professor e alunos como pessoas, passaremos, agora, a analisar os elementos que compõem a organização do trabalho docente, refle-

tida no plano de ensino e, ao mesmo tempo, iremos discutindo sua aplicação na prática. O primeiro deles se constitui nos objetivos de ensino.

Os objetivos de ensino

Em toda atividade humana, existem objetivos implícitos ou explícitos, conscientes ou não. Há pessoas que agem por agir, sem saber exatamente onde desejam chegar. A esses objetivos é que chamamos de inconscientes e estão implícitos nas ações praticadas. Outras agem conscientemente, sabendo onde desejam chegar, suas ações possuem objetivos conscientes e explícitos (embora possam ser conscientes sem ser explícitos).

Os objetivos de ensino com os quais trabalhamos no terceiro grau referem-se especificamente à formação profissional dos nossos alunos. Essa formação, contudo, precisa ser bem caracterizada a fim de que tenhamos claro onde queremos e podemos chegar com o nosso trabalho. Fica evidente, aqui, que a elaboração de objetivos bem definidos é a primeira etapa da organização do nosso trabalho com os alunos.

Neste ponto da nossa conversa é imprescindível lembrar que na formação de qualquer profissional entram muitas disciplinas, dentre as quais se encontram (ou encontra) aquelas (ou aquela) que lecionamos. É de fundamental importância que o Colegiado de Curso, juntamente com os professores das áreas de formação do profissional em

questão entrem num consenso para que seja definido o perfil desse profissional. Para isso, é preciso buscar identificar as competências envolvidas no desempenho considerado bom para essa profissão, atitudes consideradas corretas a serem assumidas no seu exercício, etc. Somente após essa definição é que cada disciplina poderá estabelecer a sua contribuição para a formação desse profissional.

Na análise do nosso trabalho docente, no que tange aos objetivos, é preciso que lembremos, ainda, o fato de que o ensino possui uma parte que é, por assim dizer, estritamente intelectual e outra que se refere mais à formação do caráter. Alguns poderão estranhar esta afirmação, referindo-se ao ensino superior, pois o caráter parece já estar formado quando o aluno chega à Universidade. Note-se, contudo, que as atitudes do professor servem de exemplo ao aluno, tanto para ser seguido, quanto para ser evitado. Neste sentido, acredito não haver, entre nós, ninguém que não se lembre da figura e das ações de um bom professor que teve durante sua vida escolar e que lhe tenha servido como exemplo a ser seguido.

Essa parte da formação do aluno não consta dos objetivos escolares, mas é extremamente importante. É por ela que passamos ao aluno a chamada ideologia dominante, que acrescentamos à formação do lado moral do futuro profissional. Como esse aspecto se refere à formação moral dos alunos,

pelas atitudes do professor, vamos, aqui, deixá-lo de lado, apesar da sua importância. Vamos tratar apenas da elaboração de objetivos de ensino referentes à área intelectual.

Assim como em toda atividade humana consciente e intencional é importante se saber onde se quer chegar, também no ensino isso acontece. Para que o professor seja consciente do seu trabalho, é preciso que ele reflita sobre os objetivos que deseja alcançar com seus alunos.

Para essa reflexão, é necessário considerar alguns fatos que julgamos fundamentais. O primeiro deles, insistimos, é a necessidade de saber qual o papel que a disciplina que vamos ministrar desempenha na formação do profissional que sairá do curso em que vamos lecionar ou estamos lecionando. Que contribuições nossa disciplina pode oferecer para essa formação? Assim, por exemplo, o Português a ser lecionado para os alunos do Curso de Matemática não pode ser o mesmo, a nosso ver, que aquele ministrado para os alunos do Curso de Medicina.

Estabelecidos esses parâmetros para o nosso trabalho, podemos elaborar aqueles objetivos que chamamos de objetivos educacionais gerais que, referindo-se a comportamentos amplos, constam da primeira parte do nosso plano de curso, que é o documento que registra as decisões que tomamos durante a fase de planejamento ou organização do nosso trabalho.

Elaborados os objetivos gerais, a tarefa seguinte é elaborar os objetivos específicos que, referindo-se a comportamentos restritos, são especificações dos objetivos gerais.

Os objetivos específicos precisam ser elaborados com clareza para que possam nortear toda a ação didática, desde os procedimentos de ensino até a avaliação dos resultados, passando pela utilização destes ou daqueles recursos de ensino (materiais ou instrumentos visuais, auditivos ou audiovisuais).

Os objetivos são elementos norteadores da ação do professor e, na verdade, tornam mais consciente e organizada essa ação. É muito mais fácil o trabalho quando se sabe exatamente onde se deseja chegar através dele.

A elaboração de objetivos específicos

Na medida em que estes objetivos representam detalhamento, especificação dos objetivos gerais, eles definem aqueles comportamentos específicos que os alunos precisam adquirir, ou modificar, para que se considere o trabalho escolar como produtivo.

Nesta área existe atualmente muita polêmica. Alguns professores, adeptos da Pedagogia chamada Histórico-Crítica, procuram deixar de lado as idéias da Pedagogia Tecnicista, que teve o seu apogeu no Brasil no final da década de 1970.

No nosso entender, a elaboração de objetivos de forma precisa é um instrumento válido do trabalho docente. Deixá-la simplesmente de lado não é, para nós, a forma correta de superação. Podemos usar os objetivos como instrumentos organizadores do nosso trabalho, mesmo quando os fundamentos dele sejam diferentes daqueles que determinaram o aparecimento da Pedagogia Tecnicista.

Como produto do processo histórico, a educação não pode desprezar as suas várias fases por completo. Dentro daquilo que hoje consideramos um ideal de educação a atingir, é preciso que sejam aproveitadas as experiências realizadas pela escola, naquilo que pode ser aproveitado pela nova visão de educação que surge historicamente. Negar simplesmente o passado só porque é passado é uma atitude extremamente acrítica. É preciso que selecionemos aquilo que deu certo nas teorias pedagógicas hoje ultrapassadas, para que se continue evoluindo no processo histórico da educação.

É por essa razão que os objetivos podem e devem ser elaborados com clareza e com a maior exatidão possível.

O segundo elemento a ser organizado no planejamento do nosso trabalho docente é o assim chamado conteúdo de matéria do ensino.

Conteúdo de Matéria do Ensino

Tradicionalmente, conteúdo de

matéria do ensino pode se considerado como um conjunto de conhecimentos selecionado e organizado pelos educadores, tendo em vista atingir os objetivos educacionais propostos.

É um conjunto de conhecimentos selecionado, porquanto os professores de cada disciplina precisam selecionar, do conhecimento acumulado historicamente em sua área, aquilo que é essencial, fundamental, imprescindível para que o aluno assimile a estrutura básica dos conhecimentos dessa área. Isto é necessário, pois seria impossível, no tempo de que dispõe cada disciplina dentro da grade curricular, dar ao aluno todo o conhecimento de cada área. Além disso, de posse dos fundamentos, o aluno poderá, posteriormente, ampliar sozinho seus conhecimentos.

A organização dos conteúdos deve obedecer ao princípio da complexidade crescente, seguindo uma seqüência lógica. Conteúdo bem organizado é mais facilmente assimilado pelos alunos. Essa seqüência normalmente vem estabelecida nos textos e compêndios didáticos mas deve ser adequada a cada turma com que o professor trabalha, tendo em vista seus conhecimentos anteriores e suas habilidades já adquiridas.

A abordagem dos Conteúdos

É de fundamental importância que se conheçam alguns princípios que devem orientar a abordagem didática dos conteúdos.

Um desses princípios (sem preocupação com uma ordem de importância) é a adequação do nível de dificuldade de cada assunto à capacidade de assimilação dos alunos. Essa capacidade e nível de assimilação podem ser medidos através da avaliação dos pré-requisitos envolvidos na aprendizagem do novo conteúdo. Os pré-requisitos são aqueles conceitos, noções, habilidades, que deverão ser utilizados na nova aprendizagem e que já deverão ser dominados pelos alunos.

Outro princípio, cuja consideração é essencial para qualquer comunicação, é a utilização de linguagem adequada ao nível de compreensão dos alunos. O universo vocabular dos nossos alunos é extremamente reduzido, face ao momento histórico que vivemos, devido ao baixo índice de leitura da juventude, à linguagem estereotipada pela televisão, dentre outras causas.

Toda vez que o professor estiver abordando um assunto novo, deve ter o cuidado de certificar-se de que os alunos dominam o vocabulário por ele empregado, principalmente as palavras-chave do novo assunto.

Um terceiro princípio didático que deve ser considerado na apresentação de um assunto novo é a referência, sempre que possível, do conteúdo em estudo à experiência, à vivência dos alunos, para que o novo assunto adquira significado para eles. Sempre que possível, também, deve-se aproveitar acontecimentos imprevistos, do conhe-

cimento de todos, no desenvolvimento da disciplina sob nossa responsabilidade.

Um quarto princípio é a abordagem dos assuntos em pequenos itens ou partes, ao final dos quais é importante fazer uma avaliação (abordaremos o assunto avaliação em próxima oportunidade). Com esta medida, a assimilação se torna mais efetiva e é possível reformular o processo quando a assimilação não se mostre satisfatória dentro dos níveis mínimos de desempenho estabelecido pelos objetivos. Gostaríamos de lembrar aqui que é de grande importância que os resultados dessa avaliação sejam comunicados imediatamente aos alunos para que eles se conscientizem da sua produção ou desenvolvimento.

Integração dos conteúdos

Vários autores têm-se preocupa-

do com a questão da integração dos conteúdos. Essa integração se constitui da interrelação que se estabelece entre os conteúdos da mesma disciplina e de disciplinas entre si. Não se pode, porém, fazer integração de conteúdos sem tomar alguns cuidados especiais. Um deles é considerar que nem todos os conteúdos podem ser integrados; é necessário que eles mantenham estreita relação entre si, como é o caso de alguns conteúdos da Matemática e da Física, da Química e da Biologia entre outros. Deve-se evitar, contudo, qualquer tipo de integração artificial, ou seja, integração superficial, sem fundamento.

O elemento seguinte a ser organizado no planejamento do ensino são os procedimentos ou técnicas de ensino, o que analisaremos em próxima oportunidade.